



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14765 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 05 - Estado e Política Educacional

ANÁLISE SOBRE OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS ÀS JUVENTUDES NOS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS QUE NORTEIAM A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: TRABALHO EM ANDAMENTO
 Daniel Cordeiro da Silva Filho - UEG-PPGE - Universidade Estadual de Goiás
 Valdirene Alves de Oliveira - UFG - Universidade Federal de Goiás

ANÁLISE SOBRE OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS ÀS JUVENTUDES NOS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS QUE NORTEIAM A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: TRABALHO EM ANDAMENTO

1. INTRODUÇÃO

Tivemos em 2017 a sanção da lei federal 13.415 que rege a Reforma do Ensino Médio (REM). Tal política é reflexo de um contexto mundial de reformas educacionais, bem como de políticas públicas para a juventude, pautadas por organismos como o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas (ONU) (Groppo, 2016).

Laval (2019) alerta para o caráter neoliberal de reformas educacionais, que trazem à escola uma submissão mais direta à razão econômica e a apresentam como mais atraente ao público jovem do século XXI. Como tais reformas são direcionadas às juventudes, convém estabelecer o que se entende por elas nos documentos que as regem. Groppo (2016) aborda o cunho do termo “protagonismo juvenil”, que nasce como slogan de diversas políticas públicas.

Esta pesquisa pretende portanto, a partir do conhecimento acumulado acerca das concepções sociológicas da juventude, compreender quais os conceitos de juventudes adotados nos documentos de organismos multilaterais que norteiam a Reforma do Ensino

Médio (Lei 13.415/2017).

2. DESENVOLVIMENTO

Podemos ver como a relação entre as políticas educacionais e as organizações internacionais se estrutura através dos trabalhos de Robertson (2012), de Pronko (2015), Amorim e Leite (2019), Pereira (2021), Tello e Mainardes (2014), Koepsel, Oliveira e Silva (2020) e Silva (2019).

Tais políticas educacionais carregam sentidos diversos relativos às juventudes. Como exposto por Groppo (2017), há uma forte contradição nas políticas educacionais em relação ao que entendem por juventudes. Por vezes, há a adoção de uma visão heterogênea de juventudes, crítica à concepção tradicional que vê o estágio apenas como uma transição para a vida adulta. Porém as mesmas políticas acabam revelando um sentido tradicional às juventudes, os considerando como planos de futuro de uma vida adulta.

Groppo (2016) ao abordar 3 conjuntos de teorias sobre juventudes na sociologia e presentes nas políticas públicas para a juventude - visão *tradicional, crítica, e pós-crítica*, levanta o paradigma do jovem como sujeito social, que aparece como slogan de políticas públicas voltadas para a juventude. Portanto, delimitando os espaço de análise nos documentos de organismos multilaterais que orientam a REM, buscar-se-á avaliar como as juventudes são consideradas nesses documentos, entendendo que as concepções consideradas refletem diretamente na definição da política do Novo Ensino Médio (NEM).

3. CONCLUSÕES

Por ser um trabalho em fase inicial, ainda não existem dados suficientes que contribuam para a elucidação do problema desta pesquisa. Porém, já existem, a partir da revisão de literatura, contribuições de outros trabalhos que ajudam a delimitar a abrangência das análises previstas. Trabalhos como o de Fornari (2020), Reis (2020), Pereira (2021), Amorim e Leite (2019) e de Tello e Mainardes (2014) contribuem para a delimitação do BM como organismo central na análise. Também se mostra importante o levantamento histórico das políticas públicas para a juventude no Brasil, passando pela criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do Sistema Nacional de Juventude, a fim de buscar ali as relações com os organismo multilaterais e as concepções de juventudes adotadas historicamente por essas entidades.

REFERÊNCIAS

AMORIM, F. C. L. de; LEITE, M. J. dos S. A influência do Banco Mundial na educação brasileira na educação brasileira: a definição de um ajuste injusto. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 28–41, 16 set. 2019.

FORNARI, Márcia. **A política de financiamento do banco mundial para a reforma do ensino médio no governo Temer**. 2020. 139f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE) Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE Campus de Cascavel/PR. 2020.

GROPPO, Luís Antônio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, n. 1, p. 383–402, 21 jul. 2016.

GROPPO, L. A. Juventudes e políticas públicas: Desidades, v. 14, n. 5, 2017.

KOEPSEL, E. C. N.; GARCIA, S. R. O; CZERNISZ, E. C. S. A tríade da reforma do ensino médio brasileiro: Lei no 13.415/2017, BNCC E DCNEM. **Educação em Revista**, v. 36, 2020.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A agenda educacional do Banco Mundial em tempos de ajuste e pandemia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e242157, 2021.

PRONKO, Marcela. O Banco Mundial no campo internacional da educação. In: PEREIRA, João Márcio Mendes; PRONKO, Marcela (Org.). **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: EPSJV, p. 89-112. 2015.

REIS, L. H. F. DOS. **Juventude LTDA.: a ideologia do empreendedorismo na formação dos jovens do século XXI**. 2019. 184f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2019.

ROBERTSON, Susan L. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 50, p. 283–302, ago. 2012.

SILVA, F. P. C. E. **A reforma do ensino médio no governo do Michel Temer (2016 - 2018)**.

2019. 115p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. 2019.

TELLO, C.; MAINARDES, J. A educação secundária na América Latina como um direito democrático e universal: uma análise de documentos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, n. Especial, p. 155–179, 30 dez. 2014.

Palavras chave: Reforma do ensino médio. Juventudes. Organizações Internacionais.